JC LOG
LOGÍSTICA

Porto Alegre, terça-feira, 25 de fevereiro de 2025 | Nº26 - Ano 22

INFRAESTRUTURA

TÂNIA MEINERZ/JC



A criação de mecanismos de redução de gastos com sistemas de armazenagem também é outra questão importante a ser considerada, aponta a Sociedade Rural Brasileira

Frete menor pode reduzir custo dos alimentos

SRB cita a adoção pelo governo de ações para desburocratizar o licenciamento de projetos logísticos, sejam aquaviários, ferroviários ou rodoviários

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) sugeriu ao governo federal quatro eixos de medidas para o enfrentamento da alta de preços dos alimentos. Para a SRB, são necessários: controle fiscal, apoio ao produtor rural, infraestrutura agrícola e estabilidade cambial. O conjunto de ações recomendado pela SRB inclui, no âmbito macroeconômico, a redução de gastos públicos e implementação de medidas que contenham a inflação, visando à valorização do real e à redução da taxa de juros. A SRB sugere ainda ao governo trabalhar para fortalecer o real, reduzindo o impacto do câmbio nos insumos e no preço final dos alimentos.

Em infraestrutura agrícola, a SRB cita a adoção pelo governo de ações para desburocratizar o licenciamento de projetos logísticos, sejam aquaviários, ferroviários ou rodoviários, a fim de reduzir o custo de transporte. A criação de mecanismos de redução de custos de sistemas de armazenagem também é levantada pela SRB, que sugere a criação de um programa aos moldes do Empréstimo do Governo Federal (EGF), linha de crédito extinta voltada à armazenagem de produtos agrícolas, para incentivar a armazenagem em momento de preços baixos no mercado evitando a venda pelo produtor das commodities agrícolas abaixo do custo de produção.

No aspecto do apoio ao produtor rural, a SRB recomenda apoio ao crédito e ao seguro rural e a criação de políticas que reduzam custos de produção, como a regulamentação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

O documento, assinado pelo presidente da SRB, Sérgio Bortolozzo, foi enviado à Presidência da República, à Vice-Presidência da República, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

"O produtor rural brasileiro, como qualquer outro cidadão, espera conseguir produzir com segurança para que possa produzir cada vez mais. Esperamos que este cenário se resolva o mais rápido possível para termos mais abundância em nossas mesas", afirmou a SRB ao defender a implementação prática das medidas de estruturação de política econômica.

No documento, a SRB reconheceu que o aumento dos preços dos alimentos é uma das maiores preocupações dos consumidores e das famílias brasileiras neste momento de alta do custo dos itens básicos. A entidade reitera que o preço final cobrado ao consumidor é resultado de fatores que vão desde a lavoura até a gôndola dos supermercados.

"Como uma das partes da cadeia produtiva, o produtor rural depende de fatores de ambiente econômico e climático que estão, na maioria dos casos, fora do controle do produtor rural. Economicamente, o preço dos alimentos é resultado da interação entre oferta e demanda no mercado, portanto é essencial observar toda a cadeia produtiva para observar os pontos de maiores custos ao consumidor", observou a SRB.

Entre os fatores que afetam os valores finais dos produtos, a SRB cita custos de produção, intermediários e logística e fatores externos, como eventos climáticos e impactos do mercado internacional, já que a maior parte dos valores de produtos agropecuários são globais.

"Seja para resultado de curto, médio ou longo prazo, o ambiente de trabalho no qual o produtor está inserido propicia maior ou menor risco a atividade e, portanto, incentiva uma estabilidade produtiva que em última instância mantém o bom equilíbrio de oferta e demanda, o que significa estabilidade de preço agrícola/alimentos", defende a entidade.

LEGISLAÇÃO

Derrubada de vetos em lei das eólicas offshore gera alerta

TÂNIA MEINERZ/JC



Cenário agravaria a pressão das geradoras de energia renovável para que o prejuízo dessas companhias seja arcado pelos consumidores

Especialistas advertem que medida pode ampliar os cortes na produção de energia eólica e solar

Caso o Congresso derrube parte dos vetos do presidente Lula a artigos da lei que regulamenta as eólicas offshore (em alto mar), as empresas de energias eólica e solar podem sofrer ainda mais cortes em suas produções, segundo especialistas do setor elétrico. Isso agravaria a pressão das geradoras de energia renovável para que o prejuízo dessas companhias seja arcado pelos consumidores que pagam a conta de luz.

Os vetos em questão tratam da contratação compulsória de térmicas a gás natural inflexíveis (que ficam ligadas mesmo quando não são necessárias) e a carvão, inseridas durante a tramitação do PL no Congresso. Lula vetou essas obrigações no início do ano, mas agora o governo precisará enfrentar pressões de parlamentares favoráveis aos artigos.

Caso as contratações se mantenham, a oferta de energia no país crescerá sem acompanhar a demanda. Com isso, na visão de alguns especialistas, o ONS (Operador Nacional do Sistema) precisará intensificar os cortes de geração renovável no Nordeste, que sofre lacunas de transmissão para o Sudeste -região que abriga a maior demanda por eletricidade no país. Esses cortes, no jargão técnico, são chamados de "curtailment".

Hoje, aliás, os desligamentos existem porque, em determinados momentos do dia, os geradores já produzem mais quantidade de eletricidade do que o sistema é capaz de transportar ou acima, inclusive, da demanda.

Nesse último caso, como fisicamente cortar a geração de energia eólica e solar é mais simples do que desligar térmicas e hidrelétricas, essas empresas são as mais afetadas. Também devido aos gargalos de transmissão, esses cortes acontecem principalmente no Nordeste, onde estão as grandes geradoras de renováveis.

No setor elétrico, há quem argumente que essas perdas são um risco natural de mercado a ser encarado pelas empresas de renováveis. "Eu não vejo grandes gargalos de energia no setor hoje. O que aconteceu no Brasil nos últimos anos, e tem ficado muito claro nas análises dos grandes especialistas, é um excesso de investimento em geração em relação à carga existente", afirma Rui Chammas, CEO da empresa de transmissão Isa Energia.

Os cortes, porém, vão parar nos balanços das companhias que não conseguem vender a energia cortada. Hoje empresas de energias solar e eólica enfrentam na Justiça uma disputa com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que o prejuízo seja repassado aos encargos do sistema elétrico, divididos entre todos os consumidores de eletricidade do país, inclusive os residenciais.

A norma atual restringe indenização a casos de gargalos na transmissão causados por defeitos ou paralisação da rede, como manutenção - cenário diferente dos cortes em questão. À Justiça a Aneel disse que a energia cortada até novembro do ano passado soma R$ 1,1 bilhão, mais do que três vezes o total que é hoje destinado a ressarcimentos.

Prejuízo em 2024 foi de quase R$ 2,5 bilhões, estimam associações que defendem a energia renovável

Segundo as associações que defendem os geradores de energia renovável, o prejuízo só no ano passado foi de quase R$ 2,5 bilhões, o que torna esse tema um dos mais críticos para o setor elétrico atualmente. Nas contas da Aneel, para cada R$ 1 bilhão indenizado, tem-se um aumento médio na tarifa do consumidor de cerca de 0,4%.

Assim, em um cenário em que os vetos de Lula sejam derrubados e que a Justiça atenda ao pleito das empresas de renováveis, o consumidor terá que arcar com a contratação de térmicas (mais caras) e com os prejuízos causados pelos cortes.

"O PL das eólicas offshore, que inseriu uma série enorme de fontes novas, é um replicador desse problema, porque, na hora que a gente coloca desnecessariamente 4.000 megawatts de térmicas inflexíveis a gás natural, alguém vai ter que reduzir sua geração", diz Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia. "Essa é mais uma razão para que a gente sensibilize os senadores para que mantenham o veto presidencial."

Elbia Gannoum, presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), concorda. "Esses jabutis (como são chamados artigos que não tem a ver com o tema central de um projeto de lei) são um verdadeiro estrago para o país, para o consumidor e para o sistema. E vão agravar muito o curtailment, porque se coloca energia sem necessidade, deslocando geração de energia eólica que foi contratada no passado", afirma.

Já Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar (que representa os geradores solares) diz ser necessário avaliar cada artigo do PL. "De qualquer forma, a causa da baixa demanda do Brasil está muito mais ligada ao fraco crescimento econômico do país. Se a gente tivesse crescendo com força, toda essa energia cortada estaria sendo utilizada, inclusive em data centers e projetos de hidrogênio verde", diz.

Procurada, a Abraget (associação que representa os donos de termelétricas) não quis se manifestar. Em tese, a origem desses cortes está na mudança do sistema elétrico brasileiro nos últimos anos. No passado, a instalação de geradoras de energia, inclusive renováveis, acompanhava o planejamento da Aneel e do governo federal, responsáveis por organizar leilões.

A crescente descentralização do setor, porém, fez com que atores privados instalassem suas usinas sem uma orientação específica do poder público, ainda que com aprovação dos entes reguladores. Nesse modelo, o único objetivo é garantir máxima receita aos produtores e, por isso, o principal fator para instalação são as características das áreas para a geração de energia -no caso de solar e eólica, frequência e intensidade de sol e vento. Nordeste e norte de Minas Gerais se destacam. A capacidade de escoamento dessa energia, porém, ficou por muito tempo em segundo plano.

JCLOG LOGÍSTICA
Publicação do Jornal do Comércio de Porto Alegre
logistica@jornaldocomercio.com.br

Editor-chefe: Guilherme Kolling
(guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br) |
Editora de Economia: Fernanda Crancio
(fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br) |
Editora-assistente: Cristine Pires
(cristine.pires@jornaldocomercio.com.br) |
Projeto gráfico: Luis Gustavo Van Ondheusden

TRÂNSITO

Parceria busca alertar para a segurança viária

Setcergs e Polícia Rodoviária Federal iniciam trabalho conjunto de conscientização no trânsito de rodovias

TÂNIA MEINERZ/JC



Sindicato aposta na educação no trânsito como arma para reduzir os índices de acidentes pelo País

O Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Rio Grande do Sul (Setcergs) recebeu, em sua sede, na semana passada, representantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para o alinhamento de iniciativas com ênfase na educação e conscientização sobre segurança viária nas estradas, visando à redução de acidentes e à prevenção de incidentes no setor de transporte de carga e logística.

O encontro contou com a presença do presidente do Setcergs, Delmar Albarello, do superintendente Institucional, Eduardo Richter, da superintendente de Relações de Trabalho, Andressa Scapini, e da coordenadora de Gestão, Michele Souza. "A educação no trânsito é uma prioridade para o Setcergs, pois acreditamos que a conscientização das empresas e de seus colaboradores é fundamental para reduzir os índices de acidentes e garantir a segurança de todos os envolvidos no transporte de cargas", afirmou Delmar Albarello. Representando a PRF, participaram o superintendente federal da PRF RS, Fabrício Bianchi, e outros membros da equipe de gestão da corporação.

"Estamos à disposição para trabalharmos em conjunto e focarmos na prevenção. Acreditamos que a educação é o caminho mais eficaz para construir um trânsito mais seguro", declarou Bianchi. Durante a reunião, foram discutidas as primeiras iniciativas do projeto, que inclui palestras e treinamentos voltados para as empresas do setor, com foco na promoção de boas práticas de segurança no trânsito, prevenção de acidentes e ações educativas contínuas. A intenção é aplicar as ações em diversas regiões do Estado.

O projeto, que também conta com a colaboração do Grupo de Educação para o Trânsito (Getran) da Polícia Rodoviária Federal, pretende alcançar motoristas, gestores e demais profissionais do setor de transportes de carga, a fim de criar uma cultura mais sólida e eficaz de segurança no trânsito.

Outra iniciativa do sindicato diz respeito à Rota Segura. O objetivo é que a entidade se torne um canal direto entre os transportadores e motoristas, permitindo que eles reportem problemas específicos nas estradas e rodovias do Rio Grande do Sul. Esses relatos, que podem ser enviados por e-mail ou WhatsApp, devem incluir uma descrição detalhada da situação, a localização aproximada e, se possível, imagens ou vídeos da condição da via. Com base nessas informações, a entidade criará um dossiê com as principais demandas e encaminhará essas reivindicações aos órgãos responsáveis pela manutenção e conservação das rodovias.

"O Rota Segura é um passo importante para fortalecer a representação dos transportadores gaúchos. Estamos trabalhando para garantir que a infraestrutura viária do Estado seja mais segura, permitindo que as empresas operem com mais segurança e menores custos com a manutenção de suas frotas", afirma o presidente do Setcergs, Delmar Albarello.

Os transportadores interessados em participar do Rota Segura podem enviar suas notificações para os seguintes canais de contato pelo e-mail diretoria@setcergs.com.br ou WhatsApp (51) 98440-2929.

SUSTENTABILIDADE

NTS e Geo assinam MoU visando criar soluções logísticas

A transportadora de gás natural NTS e a fornecedora de plataforma de tecnologia Geo assinaram Memorando de Entendimento (MoU, na sigla em inglês) para explorar, em parceria, oportunidades de negócio em infraestruturas voltadas para gases renováveis e seus combustíveis derivados. O acordo permitirá que as empresas avaliem os segmentos de biogás, biometano, carbono biogênico e hidrogênio renovável.

Além da possibilidade de conectar produtores de biometano à malha existente de transporte de gás natural, ao término dos estudos as empresas poderão avaliar, por exemplo, se há também oportunidades de constituir novos clusters e acelerar a produção de biogás no País.

"A ideia é criar soluções logísticas dedicadas a gases renováveis, de modo a promover também as principais áreas produtoras de biogás no País", informou a NTS em nota na semana passada.

A parceria também vai aproveitar o incentivo dado ao setor pela Petrobras, em seu edital de compra de biometano lançado em janeiro.

Segundo a NTS, que pretende "ser um player essencial deste cenário", as empresas devem se preparar não apenas para atender a chamada da estatal, mas também aos planos futuros para reduzir a pegada de carbono no setor energético e atender a compromissos ambientais.

"A NTS é a primeira transportadora a fazer esse movimento de desenvolvimento de projetos voltados aos chamados combustíveis avançados, como o biogás", disse o CEO da NTS, Erick Portela, destacando que as conversas com a Geo começaram antes do edital da Petrobras. Ele considera o momento favorável para investimentos em infraestrutura desse tipo, não apenas para impulsionar a inovação tecnológica, mas também para ampliar a produção.

"Nosso principal interesse está na integração de dutos, o que contribui para a redução da demanda por transporte rodoviário e permite entregas mais seguras aos clientes em diversas regiões. Vamos analisar a viabilidade financeira, os projetos em áreas com maior potencial, entre outros aspectos", explicou Portela.

Já o CEO da Geo, Alessandro Gardemann, avaliou que o acordo prevê a união das expertises complementares para identificar oportunidades. "A logística eficiente e escala com as moléculas renováveis são essenciais para a consolidação de novas tecnologias", afirmou o executivo.

Em carta ao ministro de Minas e Energia, Absolar pede fonte solar em leilão

A Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar) quer que a fonte seja incluída no Leilão de Energia Nova A-5 de 2025 (LEN A-5), previsto para agosto deste ano. Em ofício enviado ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a entidade aponta a necessidade de se garantir isonomia entre as tecnologias participantes, e ressalta a competitividade da fonte solar nos últimos certames.

Para a entidade, a inclusão da fonte solar fotovoltaica no leilão A-5 aumenta o nível de competitividade e estimula a redução do preço final ao consumidor, com ganhos de diversificação e segurança energética ao País.

"Também seria crucial para a promoção da sustentabilidade e da modicidade tarifária, além de impulsionar a geração de empregos verdes, fortalecendo a economia e segurança de suprimento de eletricidade no Brasil", disse em nota o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia.

Pelas diretrizes estabelecidas na Portaria Normativa MME nº 95/2024, só poderiam participar do leilão atualmente empreendimentos hidrelétricos, incluindo Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHEs), com potência igual ou inferior a 5 megawatts, bem como ampliações de CGHs, PCHs e UHEs, desde que atendam aos limites de potência estabelecido. Desde 2019, a fonte tem sido a mais competitiva nos certames, chegando a um preço médio de R$ 84,39 o megawatt-hora (MWh) no LEN A-6 daquele ano.

NEGÓCIOS CORPORATIVOS

Braskem anuncia primeiro navio de frota própria

A embarcação, no valor de US$ 80 milhões, fará o transporte de etano na rota entre os EUA e o México

A Braskem, petroquímica global que desenvolve soluções sustentáveis da química e do plástico para melhorar a vida das pessoas, anuncia a entrada em operação do Brillant Future, seu primeiro navio sob leasing. A embarcação no valor de US$ 80 milhões fará o transporte de etano na rota entre EUA e México.

O navio tem 188 metros de comprimento e capacidade de armazenamento de 36.000 m³, podendo transportar cargas a uma temperatura de até -104°C. Outra vantagem é o motor bicombustível que funciona com óleo de bunker e etano, o que representa a redução de 40% nas emissões de CO2, além da total excelência na economia de combustível, pois tem alta eficiência em propulsão.

BRASKEM/DIVULGAÇÃO/JC



Navio tem 188 metros de comprimento e capacidade de armazenamento de 36.000 metros cúbicos

"É um marco significativo e reflete o nosso compromisso com a inovação e o crescimento da indústria naval. A nova embarcação foi mais um passo na jornada da companhia para ter um desenvolvimento sustentável e competitivo no mercado global", afirma Silvia Migueles, diretora de Logística da Braskem.

O novo navio foi construído no estaleiro YAMIC, na China, e projetado para ter uma estrutura compacta, de modo a maximizar o uso do espaço de carga. "A embarcação é equipada com três tanques tipo StarTrilobe, o que aumenta a capacidade de armazenagem em cerca de 25% quando comparada aos tanques tradicionais", explica Silvia.

O Brilliant Future faz parte do projeto Seas of the Future, uma iniciativa da Braskem que visa reduzir os custos do transporte marítimo dos produtos químicos, além de garantir mais segurança e competitividade. "A embarcação integrará uma frota de seis navios, sendo que o próximo deverá ficar pronto em junho deste ano, seguindo na rota EUA – México", finaliza a diretora.

Sindiatacadistas RS
Sindicato do Sistema Comércio

ATACADISTAS GARANTEM ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO RS

As empresas associadas do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios de Porto Alegre /Sindiatacadistas-RS, contam com estoques de produtos e mantêm abastecido o mercado gaúcho, apesar dos aumentos de preços e perdas de poder de compra dos consumidores. A avaliação é do presidente da entidade, Carlos Cezar Schneider, lembrando que o cenário geopolítico e econômico mundial registra uma série de fatores que afetam a macroeconomia. Em tal contexto, observa o dirigente, o comércio internacional busca alternativas e maiores fontes de suprimentos, com ampliações de negociações com atuais fornecedores e firmando diversas parcerias comerciais com outros players. Destaca que as principais causas das elevações de preços dos alimentos no Brasil são reflexos da inflação crescente, da alta dos juros, da baixa disponibilidade e dos elevados custos dos financiamentos, da logística deficiente e onerosa, da oscilação cambial que afeta as importações de uma maneira geral, do crescente déficit primário do Governo Federal, das consequências da dualidade política nacional e dos eventos climáticos atingindo produtos como o café, proteína animal, alimentos de origem vegetal, além de combustíveis, entre outros. Salienta ainda que os poucos efeitos positivos da Reforma Tributária, incluindo as isenções de impostos de produtos da Cesta Básica, não geram reduções significativas de preços, os quais sofrem influência de conjunturas mais amplas em âmbito nacional e mundial.

Jornalista Responsávei: Valter Todt



PROGRAMA Qualificar

Confira a agenda do Qualificar!

- **11/03** - Tecnologia e Inteligência Artificial nas Relações Trabalhistas
- **13/03** - Atualização DIRBI com foco no anexo único da IN RBF 2.241/2024
- **19/03** - Nova DCTFWEB - Impactos da Transição e Tributos Abrangidos
- **25/03** - No campo de batalha
- **27/03** - Domine a consolidação das demonstrações financeiras - CPC 36 (IFRS10)
- **02/04** - No campo de batalha EFD REINF: do conceito à entrega com segurança
- **08/04** - Estoques - CPC 16 (IAS 2)

Garanta a sua vaga e confira a programação completa em www.sindiatacadistas.com.br ou lendo o QR code abaixo:



SIGA NOSSAS MÍDIAS SOCIAIS E FIQUE LIGADO NAS NOVIDADES

SINDIATACADISTAS.COM.BR @SINDIATACADISTASRS SINDICATACADISTAS /COMPANY/SINDIATACADISTAS